SEGURANÇA ALIMENTAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

Emilie Faedo Della Giustina (UNICENTRO), Nilson Roberto Taques (UNICENTRO), Rosângela Bujokas de Siqueira (Orientador), e-mail: rosa.siqueira@gmail.com

Universidade Estadual do Centro-Oeste/Setor de Ciências Sociais Aplicadas (SESA)/Departamento de Serviço Social (DESES)

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Movimentos Sociais, Política Social.

Resumo:

No Brasil, o início da discussão da Segurança Alimentar data da década de 1990. No entanto, o direito de acesso à alimentação ainda permaneceu pouco discutido. Recentemente, o Estado brasileiro tem buscado consolidar uma Política Nacional de Segurança Alimentar, que atrele dimensões emergenciais e ações estruturais, para garantir o acesso a alimentação. Os Movimentos Sociais têm contribuído na defesa da necessidade de ampliação das ações de cunho estruturantes, como a Reforma Agrária.

Introdução:

As reflexões deste trabalho fazem parte da experiência de participação no Projeto de Extensão "Segurança Alimentar em Turvo: ampliando estratégias de acesso aos alimentos ecológicos". O trabalho em parceria com a Associação dos Agricultores Ecológicos de Turvo (AGAECO) tem nos mostrado a importância da organização da sociedade civil na ampliação das discussões a respeito da Segurança Alimentar. Desta forma, surgiu o interesse em pesquisar a importância dos Movimentos Sociais na área das políticas sociais, em especial, da Segurança Alimentar.

Assim, este estudo procurou compreender como o Movimento Social entende a importância da Segurança Alimentar, contribuindo para a consolidação de uma política que vise não apenas ações emergenciais, como o acesso aos alimentos, mas também com iniciativas estruturantes, que sejam capazes de ampliar o debate acerca das condições que envolvem a produção e a distribuição de alimentos, como a questão do acesso a terra e permanência das famílias no campo.

Materiais e Métodos:

O trabalho contou com a pesquisa bibliográfica, levantando as discussões teóricas acerca do Estado brasileiro, do papel dos Movimentos Sociais e do conceito de Segurança Alimentar que fundamenta a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

O estudo contou, ainda, com a observação participante nas reuniões de articulação e mobilização da AGAECO e com entrevistas, realizadas com dois membros desta Associação e com um representante do poder público, da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que responde pela gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional na região de Guarapuava.

Resultados e Discussão

Conforme Valente (2002), na década de 1980, o debate a respeito da alimentação volta-se para o fato de que os problemas de fome e desnutrição decorrem muito mais de problemas de acesso do que propriamente de produção. Reafirmando-se, assim, a necessidade da redistribuição da renda e redução da pobreza como mecanismos essenciais na garantia da segurança alimentar. Desta forma, o conceito vai além da visão produtivista e passa a ser visto como um direito humano aos alimentos. Hoje a segurança alimentar é entendida como um conjunto de políticas públicas destinadas à garantia do direito humano básico à alimentação e nutrição, sendo essa uma responsabilidade do Estado, em parceria com a sociedade civil.

De acordo com Pessanha (2002), foi na década de 1990 que as discussões a respeito do tema ganharam amplitude no país. Isso se deve muito às lutas da população por meio de movimentos sociais (ou populares) organizados, entre eles os Sindicatos e a “Ação da Cidadania Contra Miséria e Pela Vida”, criada a partir do Movimento Pela Ética na Política, que teve como principal fundador o sociólogo Herbert de Souza “Betinho”. O principal objetivo deste movimento era a mobilização da sociedade brasileira na busca da solução para as questões da fome e da miséria. Em 1991, o PT (Partido dos Trabalhadores) divulgou o documento “Política Nacional de Segurança Alimentar”, apresentado como proposta de ação ao governo Collor. O documento inseria esta questão no campo da luta político-partidária do país, com discursos acerca da defesa dos direitos a cidadania e à democracia social. Este diagnóstico constatou que o problema da insegurança alimentar no Brasil está vinculado a dois eixos centrais: a inadequação de oferta, devido à instabilidade da produção interna de alimentos e à estrutura produtiva concentrada e oligopolizada; e à insuficiência de acesso, decorrente da grande

desigualdade de distribuição de renda, gerando a incapacidade de acesso aos alimentos por uma expressiva parcela da população. Sendo assim, para Pessanha (2002), a solução para a questão da fome está ligada a um novo modelo de desenvolvimento econômico, fundamentado no crescimento com distribuição de renda, ampliação do mercado interno, gerando assim mais empregos e recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo. Além da implementação de ações no campo específico da garantia da acessibilidade alimentar.

Não se pode analisar a questão da fome e desnutrição, no Brasil, isolada de outros determinantes históricos e sociais, pois essa questão não é a-histórica nem natural, está intimamente ligada a outros problemas como: distribuição de renda; geração de empregos; modo de produção agrícola; reforma agrária, entre outros. Também as discussões e ações referentes a esta, intensificam-se ou perdem força de acordo com as forças políticas que atuam dentro do Estado e a mobilização popular junto as organizações e movimentos sociais. Essa mobilização não é algo tão simples, pois diferentemente de outros problemas como os referentes à saúde, educação ou meio ambiente, que atingem toda a sociedade sem qualquer distinção de classe social, a fome atinge apenas uma classe, a classe subalterna. No entanto, avanços vêm sido conquistados e, podemos dizer que o principal deles é a política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, esta política não pode priorizar apenas o aumento da produção de alimentos, mas também distribuição de renda, qualidade sanitária e nutricional dos alimentos e produção voltada para o consumo no mercado interno.

Neste sentido, os movimentos sociais, caracterizados de acordo com a AMMANN (1991, p. 22), como “uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” exercem o papel fundamental da luta política pela garantia de ações estruturantes na área da Segurança Alimentar, como o acesso a terra.

Conclusões

Dessa forma, percebemos que tanto da parte da AGAECO, como um exemplo de sociedade civil organizada, quanto da parte do Estado, tem-se uma percepção mais ampliada no que diz respeito ao conceito de Segurança Alimentar, ao se referirem ao termo de "soberania alimentar", defendendo o direito das pessoas não só de comer, mas de ter acesso à uma alimentação de qualidade nutricional e sanitária e em quantidade suficiente. Além de envolver também em seus processos essa relação social da produção, da própria permanência no campo e do resgate de cultura e tradições como estratégias de

sobrevivência.

Há, por parte do movimento social, a compreensão da importância da Associação para a política de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Turvo, pois o movimento entende que suas ações não são voltadas estritamente ao lucro, mas também para que pessoas que se encontram em situação de risco e de insegurança alimentar possam acessar os alimentos produzidos. Essa dinâmica se materializa através da organização de uma feira agroecológica, que vende a preços acessíveis os produtos orgânicos, contribuindo para o consumo das pessoas em situação de insegurança alimentar. Os agroecologistas têm buscado organizar esta feira, também, nos bairros periféricos, buscando favorecer, no plano imediato, o consumo dos alimentos orgânicos e, a médio e longo prazos, fortalecendo a discussão da importância de políticas de apoio para a permanência das famílias no campo, assim como para a importância da Segurança Alimentar e Nutricional.

Da parte do Estado, o depoimento relata a importância que a sociedade civil organizada tem na consolidação da Política de Segurança Alimentar no Brasil, lutando por mudanças de cunho estrutural, como por exemplo, a organização da produção de alimentos de qualidade e em quantidade suficientes, uma vez que as ações do Estado nesse sentido têm se dado de maneira emergencial e fragmentada entre as políticas, ou seja, uma das propostas de consolidação é que a Política de Segurança Alimentar esteja articulada com as demais políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, para assumirem de forma intersetorial a implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Paraná. Entende- se que a autonomia política do Movimento Social contribui para a consolidação da Soberania Alimentar, condição central para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

Referências

AMMANN, Safira Bezerra. Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

PAULILLO, L. F. E ALVES, F. Reestruturação Agroindustrial: Políticas Públicas e Segurança Alimentar Regional. São Carlos: EduFSCar, 2002.

PESSANHA, L. D. R. O Sentido Brasileiro da Segurança Alimentar. In: MOREIRA, J. R; COSTA, L. F. C. Mundo Rural e Cultura. Rio de Janeiro. Mauad, 2002.

VALENTE, F. L. S. Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.